



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal Catarinense – Reitoria

ANEXO III - TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente Termo de Compromisso, eu, _____,
CPF _____, estudante do curso de _____,
_____, Matrícula _____, Campus _____,
_____, Banco _____, Agência nº _____,
_____, Conta Bancária nº _____, a partir da presente data, receberei o auxílio _____ e declaro estar ciente:

I - das normas do presente edital de auxílio financeiro para aquisição de recursos de tecnologia assistiva.

II - de que o recurso de tecnologia assistiva solicitado deve ser utilizado para desenvolvimento das atividades escolares/acadêmicas no processo de ensino/aprendizagem, tanto nas dependências do IFC quanto em casa, conforme a necessidade.

III - de que o recurso de tecnologia assistiva deve ser de uso pessoal e de acordo com a deficiência do estudante.

IV - de que o IFC não se responsabiliza em arcar com todos os custos do recurso de tecnologia assistiva solicitado.

V - de que terei o prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do auxílio para apresentar cópia do comprovante fiscal referente à aquisição do recurso de tecnologia assistiva ao SISA do *campus*, presencialmente ou pelo e-mail.

Autorizo a verificação dos dados, sabendo que a omissão ou falsidade de informações resultará nas penalidades cabíveis¹, além da imediata devolução dos valores indevidamente recebidos.

Local e data: _____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do estudante

Assinatura do responsável (estudante menor de 18 anos)

¹ Código Penal:

Art. 171 - Crime de Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 299 - Crime de Falsidade Ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

